

Cantareira SP Energia S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
(não auditadas)

Sumário

Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
1. Contexto operacional	8
2. Políticas contábeis	8
2.1. Declaração de conformidade	8
2.2. Uso de estimativas e julgamentos	8
2.3. Principais práticas contábeis	9
2.4. Demonstração de fluxo de caixa	11
2.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023	11
2.7. Pronunciamentos novos ou Normas emitidas, mas ainda não vigentes	12
3. Caixa e equivalentes de caixa	13
4. Patrimônio Líquido	13
5. Partes Relacionadas	13
6. Despesas administrativas e gerais	13
7. Resultado financeiro	14
8. Gerenciamento de risco e gestão de instrumentos financeiros	14

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes a caixa	3	10.573	1.000
Tributos a recuperar		113	-
		<u>10.686</u>	<u>1.000</u>
Total do Ativo		<u>10.686</u>	<u>1.000</u>

	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Tributos a recolher		4	-
Obrigações Sociais e Trabalhistas		32	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		14	-
		<u>50</u>	<u>-</u>
Patrimônio Líquido	5		
Capital social		1.000	1.000
Prejuízos Acumulados		(464)	-
		<u>536</u>	<u>1.000</u>
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		10.100	-
		<u>10.636</u>	<u>1.000</u>
Total do Patrimônio Líquido		<u>10.636</u>	<u>1.000</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>10.686</u>	<u>1.000</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas Operacionais			
Despesas administrativas e gerais	6	(974)	-
		<u>(974)</u>	<u>-</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		(974)	-
Resultado Financeiro	7		
Receitas Financeiras		540	-
Despesas Financeiras		(30)	-
		<u>510</u>	<u>-</u>
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		(464)	-
Lucro Líquido do Exercício		(464)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
Prejuízo do Exercício	(464)	-
Outros Resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(464)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais)

Notas	Capital social	Reserva de Lucros	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Aumento de capital	1.000	-	-	1.000
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.000	-	-	1.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	10.110	10.110
Prejuízo do Período	-	(464)	-	(464)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.000	(464)	10.110	10.646

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Atividades operacionais:		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(464)	-
	(464)	-
(Acréscimo) decréscimo em ativos		
Tributos a recuperar	(113)	-
Acréscimo (decréscimo) em passivos		
Tributos a recolher	4	-
Outras obrigações	32	-
	(77)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(541)	-
Atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.114	-
Aporte de capital	-	1.000
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) das atividades de financiamento	10.114	1.000
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa	9.573	1.000
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.000	-
No final do exercício	10.573	1.000
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa	9.573	1.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

Cantareira SP Energia S.A.

A Cantareira SP Energia S.A. ("Cantareira" ou "Companhia") foi constituída em 27 de dezembro de 2022, com sede na cidade de São Paulo-SP. A Companhia tem como atividades o desenvolvimento, venda, instalação, operação e manutenção de sistemas de geração de energia elétrica solar fotovoltaico, eólico, hidrelétrico e de cogeração qualificada, locação de ativos próprios ou de terceiros e participação em outras empresas.

Autorização das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas para emissão pela Administração em 08 de março de 2024.

2. Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1. Base de Elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

A administração concluiu que não existe grau de incerteza sobre a capacidade da Companhia continuar operando e liquidar seus passivos financeiros pelos próximos 360 dias.

Em 31 de dezembro de 2023 não há estimativas contábeis que requerem nível de julgamento elevado. As premissas e estimativas significativas para as demonstrações financeiras estão demonstradas nas notas explicativas. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

O exercício social da Companhia compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Uso de Estimativas e Julgamentos

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos nas demonstrações financeiras.

Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. É política da empresa que as provisões, quando reconhecidas, sejam ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.3. Principais Práticas Contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b) Tributação

Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, os quais são registrados com base no princípio da competência e calculados conforme legislação fiscal em vigor, tendo por base o regime do “Lucro Real.

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Tributos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

c) Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo custo amortizado ou valor justo, dependendo de sua avaliação quanto a destinação.

Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro pode ser classificado como:

- Mensurado ao custo amortizado;
- Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumento de dívida);
- Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento do seu desconhecimento (instrumentos patrimoniais);
- Mensurado ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Os ativos e passivos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de “impairment” para esses instrumentos financeiros.

Ativos Financeiros não Derivativos

A Companhia possui como política reconhecer os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Custo Amortizado

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

d) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.4. Demonstrações de Fluxo de Caixa

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a NBC TG 03 (R3) - Demonstração do Fluxo de Caixa emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC (equivalente ao CPC 03 (R2)).

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia não aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudança sem políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente.

Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2022.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a Companhia não está sujeito às regras do modelo do Pilar Dois.

2.6. Pronunciamentos Novos ou Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Depósitos bancários e caixa	-	1.000
Aplicações financeiras (a)	10.573	-
	10.573	1.000

- a. Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras referem-se a investimentos referenciados ao DI - Depósito Interbancário, com liquidez imediata e com remuneração média de 100% do CDI em 2022.

4. Partes relacionadas

Todos os saldos com partes relacionadas são avaliados com base em seus custos históricos de valor e devem ser liquidados de acordo com condições específicas acordadas entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existem saldos em aberto, a pagar ou receber, com partes relacionadas.

Remuneração da administração

A administração da Companhia é realizada pela Administração da Pacto Energia S.A., sem repasse dos custos relacionados, a Companhia não concede aos seus administradores remuneração baseada em ações, benefícios pós emprego ou benefícios de rescisão contratual, além dos previstos na legislação brasileira.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os diretores receberam respectivamente remuneração de R\$696mil.

5. Patrimônio líquido

i. Capital social

No dia 27 de dezembro de 2022, a Companhia, conforme a ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizou sua constituição com valor de Capital Social de R\$ 1 milhão dividido em 1.000.000 ações ordinárias.

Sócios	31.12.2023		31.12.2022	
	R\$	%	R\$	%
Pacto SP Energia I Ltda	510	51	510	51
SABESP	490	49	490	49
	1.000	100	1.000	100

ii. Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 03 de fevereiro e 26 de outubro de 2023, estão registrados adiantamento para futuros aumentos de capital –AFAC, no montante totais de R\$ 10.100. A previsão de integralização é ao longo do exercício de 2024.

6. Despesas administrativas e gerais

	2023	2022
Pró-labore e encargos	(838)	-
Serviços contratados	(127)	-
Propaganda e publicidade	(2)	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Taxas e contribuições	(5)	-
Custas processuais	(2)	-
	(974)	-

7. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	540	-
	540	-
Despesas financeiras		
IOF	(17)	-
Tarifas bancárias	(1)	-
Juros de multa	(12)	-
	(30)	-
Resultado financeiro	510	-

8. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

Após análise abrangente, não foram identificados quaisquer eventos que possam ser classificados como perdas possíveis, prováveis ou remotas.

A Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, avalia as probabilidades de ter contra si a materialização de determinadas demandas judiciais passivas de naturezas trabalhistas, previdenciárias, tributárias, cíveis e outras. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos.

9. Gerenciamento de riscos e gestão de instrumentos financeiros

a. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, sendo obrigatoriamente aprovadas por todos os Administradores. A Administração, quando necessário, identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros.

Gestão de risco financeiro

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras, são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a Administração mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.